

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: as desigualdades de acesso aos recursos digitais dos alunos do ensino médio

Maria Santana Silva Penelva da Costa¹
Taylana Souza de Oliveira²

RESUMO

Em 2020 o mundo encontrou-se diante de uma crise sanitária, que se transformou em uma pandemia por conta do novo coronavírus conhecido como COVID-19, que causou muitos impactos sociais, culturais e econômicos. No cenário educacional, a pandemia impôs um conjunto de mudanças e desafios e a suspensão das aulas presenciais nas escolas foi uma das principais medidas para conter o avanço da pandemia. Diante disto, o presente trabalho pretende fazer um estudo sobre o ensino remoto e o acesso digital desigual durante este período. Para esta análise utilizaremos dados coletados por meio de questionário aplicado com os alunos que cursaram o 1º ano e 2º ano do ensino médio no ano de 2020 na Escola de Aplicação (EA/UFPA). O objetivo é analisar as relações entre desigualdades digitais e a função social da escola à luz das abordagens dos sociólogos Émile Durkheim e Pierre Bourdieu. É com base nessa aposta teórica que este estudo levanta a seguinte problematização: quais as implicações do acesso desigual às aulas remotas na função social da escola?

Palavras-chave: Acesso digital; ensino remoto; função da escola.

INTRODUÇÃO

A classificação pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 14 de março de 2020, da disseminação da COVID-19 (*coronavirus disease*) como uma pandemia, impactou, para além da saúde pública, a educação em escala mundial. Além de infectar mais de 760 milhões de pessoas e causar mais de 6,9 milhões de mortes³, a pandemia causada pela COVID-19 trouxe à tona vicissitudes sociais, culturais e políticas, bem como provocou intensas transformações no âmbito educacional, criando um cenário sem precedentes na história recente da humanidade.

A síndrome respiratória gripal causada pela COVID-19 surgiu em alguns países inicialmente como uma gripe de baixo poder letal para não causar alvoroço social e econômico. No entanto, conforme a pandemia saiu do espaço geográfico da China e começou a atingir níveis letais mundialmente, foi evidenciado a falta de estrutura hospitalar para lidar com uma pandemia, apesar de crises que já houve no passado como a SARS, as gripes aviária

1 Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará -FPA, maria.penelva3@gmail.com

2 Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará - UFPA, taylana.souza@yahoo.com.br

3 <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

e a saúde, ocasionando uma comoção social a nível global e com um impacto econômico inevitável. (HARVEY, 2020).

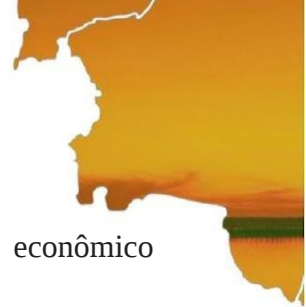
A pandemia modificou a vida das pessoas em vários níveis, pois diante de tantos casos de Covid-19 que rapidamente se proliferaram, a sociedade precisou passar por um momento de confinamento longo o suficiente para mudar a forma como os indivíduos se relacionam. Neste contexto, a inserção das telas de computadores, tablets e celulares como principais métodos de comunicação, estudo e trabalho, mudou paradigmas e vem desenvolvendo ao longo desses três anos, novos comportamentos culturais e sociais.

Com o distanciamento social, a comunicação virtual tornou-se regra e com isso houve a potencialização das redes de informações, que segundo Tomaél “reúnem pessoas e organizações para o intercâmbio de informações, ao mesmo tempo em que contribuem para a organização de produtos e a operacionalização de serviços (TOMAÉL, 2005, p. 3.). Desta forma, as pessoas passaram a estar cada vez mais conectadas, pois a distância trouxe situações que antes não eram enfrentadas, sendo necessário novas adequações e meios de comunicação para solucionar os desafios do dia a dia.

No cenário educacional, a pandemia impôs um conjunto de mudanças e desafios. A suspensão das aulas presenciais nas escolas foi uma das principais medidas para conter o avanço da pandemia de Covid-19 em todo o mundo. Diversas flexibilidades foram aderidas para que as aulas pudessem continuar, pois, até então, o ensino a distância era limitado no ensino básico e nas escolas públicas e privadas da rede de ensino. A mudança repentina de ensino presencial para o ensino remoto, sem um planejamento adequado, trouxe inúmeros desafios para gestores, professores e alunos.

Destaca-se que, no início da pandemia muitas eram as incertezas para o futuro que naquele momento se demonstrava de grande instabilidade, no entanto, após três anos é possível ver que apesar dos saldos negativos que a pandemia deixou também evidenciou a internet e o mundo virtual como protagonistas de suas rápidas mudanças e atualizações constantes.

Dentro deste contexto, nesta pesquisa buscamos analisar como a pandemia estimulou o debate sobre a modalidade de ensino a distância aplicada no ensino médio, com foco na análise das desigualdades de acesso a bens digitais no estado do Pará. Para tal, utilizaremos dados coletados por meio de questionário aplicado com os alunos que cursaram o 1º ano e 2º ano do ensino médio no ano de 2020 na Escola de Aplicação da UFPA. Com isso,



objetivamos identificar como o ensino a distância e seus desdobramentos na atualidade podem interferir ou afetar o papel social da escola.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou o método quanti-qualitativo (*mixed methods*), que possibilitou a análise sobre as condições desiguais dos alunos no acesso à tecnologia e instrumentos de acesso à internet por meio da tabulação e classificação de variáveis qualitativas, as quais correspondem às experiências e a satisfação dos alunos com a implementação do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia.

De maneira pormenorizada, a base de dados compreende dois eixos: o “Eixo I - condições de acesso à tecnologia durante o ERE”; e o “Eixo II - sobre o processo pedagógico”, conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 - CATEGORIAS DE ACESSO À TECNOLOGIA E PROCESSOS PEDAGÓGICOS DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Eixos	Item	Categorias
Condições de acesso à tecnologia durante o ERE	1	Participação nas aulas síncronas de todos os módulos do Ensino Remoto Emergencial
	2	Principais motivos de não participação das aulas
	3	Equipamentos mais utilizados para acesso às aulas pelo Google Meet/Classroom
	4	Favorecimento da conexão da internet para participação das aulas (síncronas e assíncronas)
	5	Dificuldade de acesso aos materiais de estudo pelo Google Classroom
	6	Acesso às aulas e plataformas pelo e-mail institucional
	7	Oferta de formação (minicursos) para instrução ao acesso às plataformas
Sobre o processo pedagógico	9	Avaliação do Ensino Remoto Emergencial (ERE)
	10	Avaliação das aulas síncronas (duração e exposição)
	11	Avaliação da quantidade semanal de instrumentos avaliativos
	12	Resolução das atividades propostas
	13	Organização do ensino em módulos
	14	Suficiência do tempo das aulas síncronas para o aprendizado
	15	Interação professor-aluno nas aulas síncronas

	16	Avaliação dos materiais didáticos
	17	Avaliação do acesso ao Google Classroom
	18	Avaliação da aprendizagem no ERE
	19	Dependência do contato virtual com o professor
	20	Adequação das atividades assíncronas
	21	Utilização dos materiais de apoio
	22	Avaliação do comportamento da turma durante as aulas síncronas

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados coletados foram aferidos em categorias, por meio da atribuição de variáveis qualitativas, cujo somatório compreende a frequência absoluta da variável. O cálculo da frequência relativa de cada categoria é a razão entre a frequência absoluta e o somatório da frequência absoluta, conforme demonstrado a seguir:

$$f_{ri} = \frac{f_i}{\Sigma f_i}$$

Onde:

f_{ri} : frequência relativa;

f_i : frequência absoluta ou simples;

Σ : somatório.

O percentual da frequência relativa das variáveis qualitativas, que será demonstrada ao longo do artigo, será medido mediante a razão entre a frequência absoluta e o somatório da frequência absoluta multiplicado por cem, conforme demonstrado a seguir:

$$f_{ri} \% = \frac{f_i}{\Sigma f_i} . 100$$

Onde:

$f_{ri} \%$: percentual de frequência relativa;

f_i : frequência absoluta ou simples;

Σ : somatório.

O desenvolvimento da referida análise e a coleta dos dados foram resultado da aplicação de um questionário a 160 estudantes, dos 1^o e 2^o anos do ensino médio da Escola de

Aplicação da UFPA, contendo perguntas abertas e fechadas, estas compreendidas como as variáveis qualitativas do presente artigo, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de frequência da participação dos alunos dos 1º e 2º anos do ensino médio da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará

Turmas participantes da pesquisa	Frequência absoluta (fi)	Frequência relativa (fri) - %
Estudantes do 1º ano do ensino médio	96	60,1%
Estudantes do 2º ano do ensino médio	64	39,9%
Total	160	100%

Fonte: dados da pesquisa.

QUADRO TEÓRICO

A Educação a Distância (EaD) não é algo tão novo, surgiu no Brasil em 1904 com o curso de datilografia e foi se desenvolvendo ao longo da história. Após a massificação da internet acabou ganhando mais adeptos dispostos a pensar e fazer EaD no Brasil, lutando para a regulamentação e contra o preconceito por parte da sociedade. Na atualidade, o EaD já avançou consideravelmente, ganhou grande espaço no ensino superior e, segundo a assessoria de comunicação social do Inep, “em 2021, foram mais de 3,7 milhões de matriculados em cursos a distância”.

Atualmente esta modalidade de ensino pode ser usada em qualquer etapa da educação, desde que esteja em conformidade com a regulamentação do Ead no Brasil, que em 1996 foi reconhecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, regulamentada pelo decreto nº 5.622, de 2005. Dispondo que pode ser utilizada por qualquer aparelho eletrônico com acesso à internet, o espaço virtual é utilizado para avaliações, resolução de exercícios, dúvidas e interações por meio de telas virtuais.

Com a pandemia, a EaD ganhou bastante evidência, fator que talvez ajude a entender o crescimento exponencial recente, no entanto, durante o período pandêmico as universidades e escolas presenciais não estavam regulamentadas pelas diretrizes da EaD, outrossim, sobre a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 que “estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”.

Estas normas educacionais excepcionais que foram adotadas apresentaram diversos desafios em sua aplicação: perpassando pela metodologia aplicada, acesso a recursos digitais essenciais para a efetivação do ensino remoto e precarização das relações entre professor e aluno que são essenciais para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Para ajudar na análise do Ensino Remoto Emergencial (ERE), usamos como referência a experiência desenvolvida na Escola de Aplicação da UFPA no ano de 2020, em que as aulas se desenvolveram por meio da plataforma Classroom e Google Meet, plataformas disponibilizadas pelo Google. A metodologia aplicada foi a chamada “modular” onde as disciplinas foram organizadas em áreas e foi montado um calendário rotativo com aulas assíncronas e síncronas.

Quanto aos desafios por parte dos docentes e discentes, percebeu-se a necessidade de treinamento para a utilização das plataformas digitais, adaptação ao momento em que as mediações entre aluno e professor foram feitas principalmente por e-mail e WhatsApp o que muitas vezes tornava a comunicação tardia e demorada ao mesmo tempo que muitas vezes podia ultrapassar as barreiras do horário comercial.

EIXO I - CONDIÇÕES DE ACESSO À TECNOLOGIA DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

O eixo I analisa as condições de acesso à tecnologia durante o ensino remoto emergencial, abrangendo temas com a participação nas aulas síncronas; os equipamentos mais utilizados para acesso às aulas pelas plataformas utilizadas nas instituição — Google Meet e Google Classroom; o favorecimento da conexão com a internet para a participação dos discentes nas aulas remotas — em momentos síncronos e assíncronos; a dificuldade de acesso às aulas síncronas na plataforma Google Meet; a utilização do e-mail institucional da EA-UFPA para o acesso às aulas e às plataformas; e a oferta de minicursos para instruir os alunos a utilizar tais ferramentas. O resultado dos dados coletados resta demonstrado na Tabela 2, como se segue.

Tabela 2 - Distribuição da frequência das categorias de condições de acesso à tecnologia durante o ensino remoto emergencial

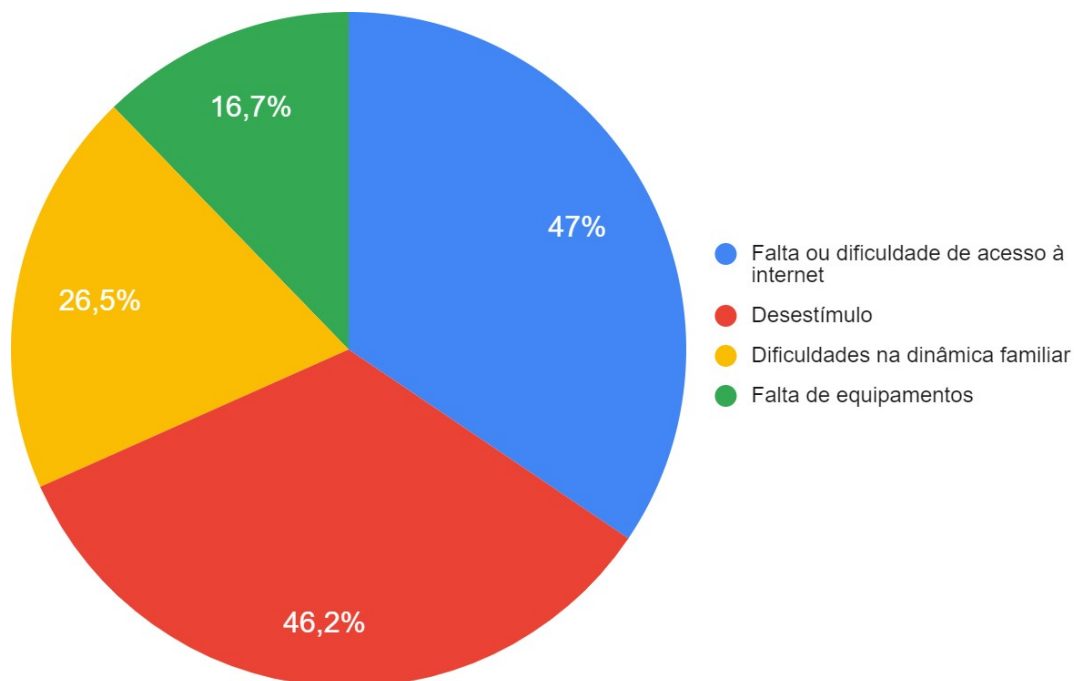
Categoria	Variáveis	Frequência absoluta (fi)	Frequência relativa (fri) - %
Participação nas aulas síncronas de todos os módulos do Ensino Remoto	Participação Integral	56	90%
	Participação Parcial	39	63%

Emergencial	Ausência de participação	4	7%
Principais motivos de não participação das aulas	Falta ou dificuldade de acesso à internet	47	75%
	Desestímulo	46	74%
	Dificuldades na dinâmica familiar	27	42%
	Falta de equipamentos	17	27%
Equipamentos mais utilizados para acesso às aulas pelo Google Meet/Classroom	Telefone celular	83	133%
	Notebook	12	19%
	Computador desktop	12	19%
	Tablet	6	10%
Favorecimento da conexão da internet para participação das aulas (síncronas e assíncronas)	Em termos	57	91%
	Foi favorável	39	63%
	Não foi favorável	4	6%
Dificuldade de acesso aos materiais de estudo pelo Google Classroom	Não houve dificuldade	73	117%
	Em termos	18	29%
	Houve dificuldade	9	14%
Acesso às aulas e plataformas pelo e-mail institucional	Acesso normal	66	105%
	Problemas no acesso	17	27%
	Acesso pelo e-mail pessoal	9	15%
	Nunca usaram o e-mail institucional	8	13%
Oferta de formação (minicursos) para instrução ao acesso às plataformas	Consideram necessária	77	123%
	Não consideram necessária	23	37%

Fonte: dados da pesquisa.

Ao se tratar das condições de acesso aos recursos digitais necessários para a efetiva participação nas atividades letivas, 47% dos discentes declararam que o principal motivo para não participarem das atividades foi por falta de acesso à internet. Quanto aos equipamentos, apenas 37,5% dos estudantes disponibilizavam de notebook ou computadores de bancadas, que são os mais adequados para o estudo a distância, enquanto mais de 80% dos estudantes utilizaram o telefone celular, fator que pode apresentar mais possibilidades de distrações e instabilidades de internet, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Principais motivos dos discentes para a não participação as aulas no Ensino Remoto Emergencial (ERE)

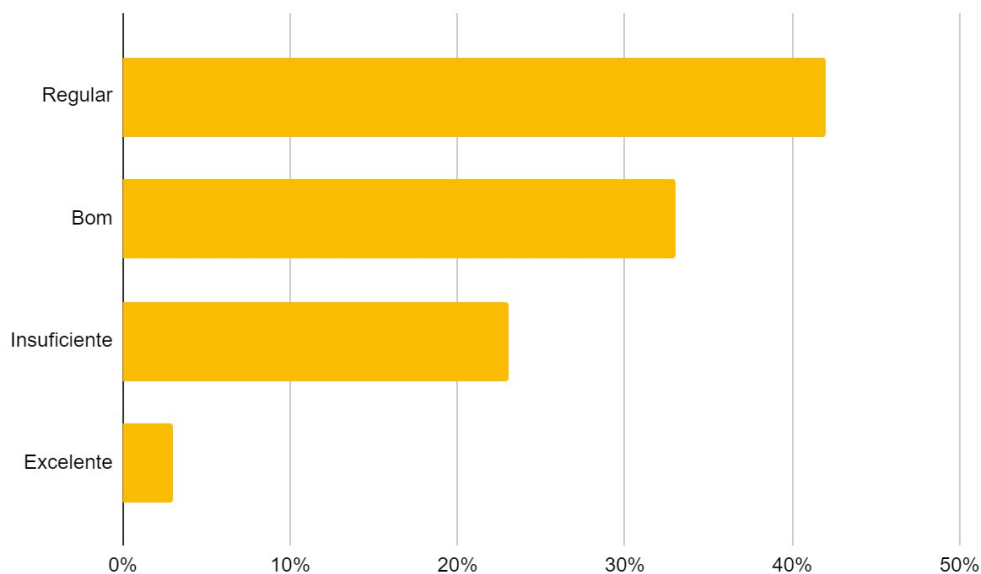


Fonte: dados da pesquisa.

EIXO II - O PROCESSO PEDAGÓGICO DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Podemos destacar que, entre as avaliações do ERE como estratégia para ensino e aprendizagem, a somatória das classificações de “regular” e “insuficiente” são equivalentes a 65% dos entrevistados. Quanto às estratégias utilizadas para a aprendizagem, a somatória dos alunos que disseram ter algum nível de dependência do contato visual com os professores (total, parcial ou pouca) ultrapassa os 80% dos entrevistados, conforme demonstrado no Gráfico 2. Os dados apresentados nos permitem inferir que o processo pedagógico, a partir da perspectiva discente, foi bastante deficiente.

Gráfico 2 - porcentagem de satisfação dos discentes quanto ao desempenho do Ensino Remoto Emergencial



Fonte: dados da pesquisa.

Com o retorno das atividades escolares presenciais, o corpo docente e os alunos depararam-se com novos desafios de readaptação ao espaço escolar resultantes do período de isolamento social. Dentre estes desafios estão: maior dificuldade dos alunos de manterem a concentração nas aulas regulares e um número maior de alunos que apresentam adoecimento psicológico tendo em vista que, segundo a Confen (Conselho Federal de Enfermagem) “lapsos de memória, depressão e ansiedade podem estar relacionados às sequelas cerebrais da COVID-19, além dos impactos sociais do isolamento e das perdas”.

Aos professores existe a necessidade de renovação em seus métodos de ensino para lidar com estes novos desafios em sala de aula, além de que eles também passaram por estes processos de sequelas advindas da COVID-19, e se antes já era difícil manter a disciplina e atenção dos estudantes durante as aulas, na atualidade isto se torna um desafio maior tendo em vista que a juventude atual está completamente imersa em mundo de constantes atualizações que está na tela de um celular.

Estes foram alguns dos desafios enfrentados na educação durante o período pandêmico, contudo é necessário ressaltar que a Escola de Aplicação é um núcleo de integração da UFPA que tem como um de seus objetivos o aprimoramento da formação docente no estado e que seu funcionamento é regido por recursos federais, o que a diferencia das escolas públicas gerenciadas pela SEDUC e estas por sua vez devem ter apresentado dificuldades sociais e de acessos mais profundos que afetaram o desenvolvimento educacional no estado.

A partir destas premissas sobre educação a distância e o que foi o ensino remoto emergencial no espaço público, nos deparamos com novas possibilidades e debates sobre o futuro da educação no Brasil. Muito já se fala sobre a inserção da tecnologia como ferramenta de apoio ao processo de ensino, “as instituições educacionais buscam, mais e mais, apropriarem-se das tecnologias digitais de informação e comunicação aplicando-as aos cursos como elementos de mediação do processo ensino-aprendizagem” (MARTINS, 2020)

Ainda segundo Martins (2020, p. 242-256), “a partir da pandemia, a sociedade se adaptará, rapidamente, aos avanços oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação, principalmente no que se refere à forma de “fazer” o ensino aprendizagem”, no entanto, como podemos esperar esta rápida adaptação à vida mediada pela tecnologia quando vivemos em uma sociedade tão desigual, onde em pleno 2022 o Brasil retorna ao mapa da fome da ONU.

É difícil, na atualidade, vislumbrar a possibilidade de ensino a distância ou até mesmo o “Blended Learning”, que conforme a definição de Martins, “é denominado como educação bimodal (...) é a combinação de elementos da aprendizagem presencial com a aprendizagem mediada pela internet” (MARTINS, 2020), aplicada ao ensino básico da rede pública visto que a pandemia nos mostrou que a desigualdade de acesso a recursos digitais gerou uma desigualdade de aprendizado fomentando as desigualdades sociais.

Para analisar a desigualdade social na educação, partimos da ideia de que “o conteúdo de ensino não é algo que existe desligado das classes sociais. Tanto o conteúdo, quanto a disciplina são familiares à classe dominante (...), mas absolutamente estranhas à classe trabalhadora” (CUNHA, pág 120, 1985). Historicamente, o espaço escolar se desenvolveu visando o interesse da classe dominante, porém “à medida que o trabalho fabril se tornava mais complexo, passava a exigir trabalhadores alfabetizados” (CUNHA, pág 114, 1985.).

Para explicitar melhor, Émile Durkheim (2013), disse que a educação “diz respeito à ação que os homens imprimem sobre os próprios homens”, inferindo a ideia de que existe um repasse de valores e comportamentos de uma geração à outra. Neste sentido, a educação teria a função de formar indivíduos que pudessem se adaptar à estrutura social vigente, instruindo caminhos e normas que cada um deveria seguir, tendo sempre como orientação a instituição e manutenção da ordem social.

Deste modo, podemos compreender que a educação e conseqüentemente o espaço escolar é fundamental para a formação do indivíduo enquanto agente social, pois é na escola

que o estudante pode desenvolver suas potencialidades físicas, cognitivas, afetivas e culturais. A escola tem o papel de capacitar o aluno a tornar-se um cidadão participativo na sociedade em que vive, além de garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização propiciando o domínio dos conteúdos culturais básicos, da leitura, da escrita etc.

Contudo, não podemos nos cegar para o fato de que a instituição escolar se desenvolveu objetivando a manutenção da ordem social e que isto implica em manutenção das desigualdades sociais. Na prática, isso acontece a partir do ideal de igualdade, porém “tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar a sua sanção às desigualdades. (BOURDIEU, pág 53, 2007).

Diante disso, elucidamos Paulo Freire e seu ideal de educação como meio de transformação social, por mais que a realidade seja opressora e que a instituição escolar possa reproduzir as desigualdades sociais, ainda assim a educação pode ser uma ferramenta de transformação. O diálogo entre educador e educando é fundamental para esse processo: uma educação humanizada que objetiva analisar a realidade social ao redor.

Para uma educação humanizada é importante o respeito, o diálogo e mudanças de paradigmas sobre o que é e como se exerce a prática docente. Adotando “o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela (...) mas também (..) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.” (FREIRE, pág 17, 2021)

Assim, o espaço escolar torna-se fundamental para a aplicação de práticas docentes que possibilitem esta educação humanizada, que visa olhar o educando não apenas como um depósito de informações, mas como um ser autêntico capaz de refletir e problematizar a realidade social. Dito isso, é importante refletir, enquanto educadores e educandos, quais os impactos sociais que a possibilidade de um ensino a distância, mesmo que bimodal, no ensino básico pode ter na formação educacional dos estudantes brasileiros.

Seja assumindo a educação como uma ferramenta de manutenção da sociedade ou como uma ferramenta de transformação social, como esta poderia exercer sua função fora do espaço escolar? O ensino a distância é uma modalidade que apresenta seus aspectos positivos, na medida em que, por exemplo, facilita o acesso ao processo educacional no quesito de transmissão de conhecimento, no entanto, o mundo virtual será capaz de abarcar toda a complexidade que envolve o processo educacional enquanto ferramenta social?

O espaço escolar e o processo educacional que envolve muito mais do que a transmissão de conhecimentos de português, matemática, história e afins, ela é parte do processo de formação social das pessoas, é um espaço de socialização da criança e do adolescente que auxilia na sua integração na sociedade. A escola não deve ser uma instituição parada no tempo, mas é necessário a análise de que as mudanças nas estruturas sociais não acompanham as mudanças tecnológicas que estão a todo vapor.

A pandemia trouxe para muitos a idealização de que após esse período viveríamos um novo tempo, e de fato, algumas mudanças culturais e sociais já são perceptíveis, contudo, ainda sofremos com os saldos negativos que a pandemia deixou em aspectos econômicos e sociais que afetam diretamente a educação. E depois de um longo período de distanciamento social, a escola se faz ainda mais necessária enquanto espaço de socialização e integração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as relações entre desigualdades digitais e a função social da escola, tomando como referência as abordagens teóricas dos sociólogos franceses Émile Durkheim e Pierre Bourdieu. Enquanto campo empírico, utilizamos dados coletados por meio de questionário aplicado com os alunos que cursaram o 1º ano e 2º ano do ensino médio no ano de 2020 na Escola de Aplicação (EA/UFPA). O trabalho pretendeu responder à seguinte pergunta: quais as implicações do acesso desigual às aulas remotas na função social da escola? Os dados coletados revelam que as condições sociais desiguais de acesso aos bens culturais no ensino remoto tiveram duas implicações frente à função social da escola. Por um lado, as aulas mediadas por tecnologias distribuídas desigualmente minimizam o papel da instituição escolar enquanto agente de socialização, enquanto espaço institucionalizado que possui regras, normas e valores próprios. Por outro lado, a divisão digital encontrada entre os estudantes da EA/UFPA pode ser um fator de reprodução das desigualdades sociais e escolares.

As desigualdades nas capacidades de utilização das tecnologias de base digital revestem-se de importância crucial no contexto contemporâneo, principalmente para o campo da educação. A epidemia da Covid-19 inaugura a necessidade de uma ‘modalidade’ de ensino que não pode prescindir da presença da internet, computadores, tablets ou celulares, cuja distribuição é desigual no Brasil. Conforme a perspectiva discutida neste artigo, a

precariedade no acesso digital, como um fenômeno intrínseco à realidade brasileira, torna o ERE contraditório e paradoxal. Quanto aos desafios por parte dos docentes e discentes, percebeu-se a necessidade de treinamento para a utilização das plataformas digitais, adaptação ao momento em que as mediações entre aluno e professor foram feitas principalmente por e-mail e WhatsApp o que muitas vezes tornava a comunicação tardia e demorada ao mesmo tempo que muitas vezes podia ultrapassar as barreiras do horário comercial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HARVEY, D. **Política anticapitalista en la época de COVID-19**. Coronavírus e a luta de classes. (13-24). Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- DURKHEIM, E. **Educação e sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DURKHEIM, E. **A educação moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- DURKEIM, E. **Educação e sociologia**. RJ: Vozes, 2013.
- CUNHA, L. A.. **Educação e desenvolvimento Social no Brasil**, 114 e 120.. Rio de Janeiro. F. Alves, 1985.
- TOMAÉL, M. I. **Redes de informação**: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. Informação & Informação, 10(1-2), 5–30. 2005.
- MARTINS, R. X. **A Covid-19 e o Fim Da Educação A Distância: Um Ensaio**. EmRede, v. 7, n. 1, p. 242-256, jan./jun. 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011. Formato: ePub

